

Levellers e os direitos e liberdades constitucionais

*Alberto Ribeiro G. de Barros*¹

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar as principais idéias políticas dos *levellers* e avaliar a afirmação de alguns historiadores de que eles foram os primeiros democratas modernos que propuseram uma constituição escrita para a proteção de direitos considerados inalienáveis. Pretende discutir se nos seus panfletos, quase todos escritos entre 1646 e 1649, em especial nas diferentes versões do *Agreement of the People*, é possível identificar a defesa de direitos e liberdades constitucionais.

Palavras-chave: *levellers* – liberdade – direito – constituição – tolerância.

Em *Democracy: the unfinished journey*, David Wootton inicia o capítulo dedicado aos *levellers* com a seguinte afirmação:

O primeiro movimento político moderno organizado em torno da idéia de soberania popular foi dos *levellers*. Eles foram os primeiros democratas que pensaram em termos, não do autogoverno participativo numa cidade-estado, mas do governo representativo num Estado nação. Eles foram os primeiros que propuseram uma constituição escrita a fim de proteger os direitos dos cidadãos contra o Estado; e com uma concepção moderna de quais direitos deveriam ser inalienáveis: o direito ao silêncio (torturar para extrair uma confissão era um procedimento judicial normal na maior parte da Europa) e a um representante legal; a liberdade de consciência e de debate; o

¹ Professor de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. E-mail: abarros@usp.br

direito de igualdade diante da lei e de comércio livre; o direito ao voto e, quando diante de uma tirania, de revolução².

O entusiasmo de Wootton é partilhado por outros historiadores do pensamento político, como Aylmer e Brailsford³. Mas será que os *levellers* podem mesmo ser considerados os primeiros democratas que propuseram uma constituição escrita, a fim de proteger direitos considerados inalienáveis?

As primeiras referências aos *levellers* ocorrem em 1646, já próximo ao final da primeira fase da guerra civil inglesa, que havia começado em 1642. O termo *leveller* foi inicialmente utilizado com uma conotação pejorativa pelos partidários da causa real para denegrir aqueles que reivindicavam um nivelamento social e econômico, cuja consequência seria a destruição de toda forma de hierarquia e de propriedade. A partir de 1647, o termo tornou-se de uso corrente para designar um grupo político que se formara no decorrer dos conflitos civis em torno de certos princípios: tolerância religiosa, liberdade de consciência, liberdade de expressão, ampliação do sufrágio, livre comércio, entre outros.

Havia, de fato, nesse período, um movimento relativamente bem organizado, em Londres, com uma sede central – *The Whalebone Tavern* – onde um comitê de doze dirigentes, eleitos pelos seus membros, se reunia três vezes por semana. O movimento tinha seu próprio jornal, *The Moderate*, que servia como instrumento de divulgação de suas idéias. Os panfletos de seus principais líderes eram escritos numa linguagem simples e direta, sem citações de autoridades, nem definição de conceitos, com o claro objetivo de intervir nos acontecimentos mais imediatos. As despesas de impressão e distribuição do jornal e dos panfletos eram financiadas por contribuições regulares de seus membros, administradas por dois tesoureiros. A principal estratégia era a organização de grandes manifestações populares e a publicação de petições, assinadas por milhares de cidadãos, que expressavam as reivindicações do movimento⁴.

2 WOOTTON, *Democracy: the unfinished journey*, p.71.

3 AYLMER, *The Levellers in the English Revolution*, pp.15-34; BRAILSFORD, *The Levellers*, pp.19-37.

4 SHAW, *The Levellers*, pp.39-83.

O primeiro panfleto que pode ser considerado expressão do movimento, *A remonstrance of many thousand citizens*, foi publicado poucos dias depois da sentença condenatória da Câmara dos Lordes contra John Lilburne, que havia sido preso, no verão de 1646, por atacar os privilégios da nobreza e o poder dos Lordes. Escrito por outros dois líderes do movimento, Robert Overton e William Walwyn, o panfleto partia da premissa de que todo poder reside no povo, representado na Câmara dos Comuns, e que só pode ser exercido pelo seu consentimento, expresso pelo livre sufrágio popular. O folheto recordava aos Comuns que eles haviam sido eleitos para exercer um poder em confiança, com o propósito de cuidar do bem estar do povo, e que o povo esperava de seus representantes, com a vitória do Exército parlamentar sobre as tropas reais, o castigo daqueles que o oprimiram por tanto tempo. O folheto defendia o julgamento e a punição do rei, a abolição da monarquia e da Câmara dos Lordes, por serem incompatíveis com as liberdades do povo. Defendia também a dissolução da atual Câmara dos Comuns e a eleição de novos representantes, cuja renovação se daria em eleições anuais⁵.

No início de 1647, foi publicado um longo manifesto, *Large Petition*, que de certo modo sintetizava o pensamento do movimento: além da defesa da tolerância religiosa, presente desde os primeiros panfletos, e da exigência da remoção das vozes contrárias às liberdades do povo, ou seja, da monarquia e dos Lordes, havia tanto reivindicações econômicas, como a extinção dos monopólios comerciais e da tributação desigual, quanto jurídicas, como o fim das prisões por dívida, a maior agilidade dos processos judiciais e a tradução das leis para a língua inglesa. A principal preocupação era assim garantir certas liberdades religiosas, econômicas e civis diante de um poder político cada vez mais ilimitado e discricionário⁶.

Na mesma época, surgiram os primeiros sinais de motins no Exército parlamentar. Em maio de 1647, o Parlamento votou pela dissolução do Exército,

5 Os panfletos dos levellers podem ser encontrados em vários sítios da Internet (por exemplo, www.levellers.org, www.eebo.chadwyck.com, www.constitution.org) ou em edições como a organizada por Wolfe.

6 HOUSTON, “A way of settlement...”, pp.381-420.

sem atender grande parte das demandas dos soldados, que eram, em geral, por pagamentos atrasados e indenizações de guerra. Os agitadores, representantes eleitos pelos soldados de cada regimento, se reuniram e anunciaram que, com ou sem os oficiais, não obedeceriam ao Parlamento. Os oficiais, receosos de que os parlamentares fizessem um acordo com os realistas, decidiram também se opor à dispersão.

Em 5 de junho, foi publicado o manifesto *A Solemn Engagement of the Army*, no qual os soldados e oficiais declaravam que só aceitariam a dissolução do Exército depois de atendidas suas reivindicações. Foi também constituído um Conselho Geral do Exército, encarregado de prosseguir com as negociações. Este conselho era formado por dois oficiais e dois agitadores de cada regimento e pelos generais em comando: Ireton, Cromwell, Fairfax, entre outros.

Em 28 de outubro de 1647, o Conselho do Exército se reuniu, em Putney, para debater os rumos da rebelião⁷. No dia 29, foi apresentado pelos agitadores do quinto regimento um manifesto, na forma de proposta constitucional, *Agreement of the People*, redigido pelos quatro principais líderes dos *levellers*: Lilburne, Overton, Walwyn e Wildman. Era um documento conciso, com uma pequena introdução e quatro artigos, seguidos por duas longas cartas dirigidas aos soldados e aos cidadãos ingleses.

Os *levellers*, caracterizados até então como um movimento predominantemente civil, voltavam sua atenção para os assuntos militares, reconhecendo no Exército um importante aliado para suas reivindicações. Eles passaram a ver na força militar o principal meio de defesa dos direitos e liberdades que eles consideravam imprescindíveis para os ingleses.

A justificativa para o *Agreement of the People* era bem conhecida dos leitores dos panfletos dos *levellers*: a guerra civil e os eventos que se seguiram haviam levado o reino inglês a uma espécie de estado de natureza no qual prevalecia a

⁷ O relato dos debates, em Putney, também pode ser encontrado em vários sítios da internet (por exemplo, www.courses.essex.ac.uk/cs/cs101/putney.htm, www.oll.libertyfund.org) ou em edições como as organizadas por Woodhouse, pp.1-124 e Wootton, *Divine Right and Democracy*, pp.285-317.

intensa luta pela sobrevivência; nessa condição em que os homens voltaram a ser livres e iguais, detentores de seus direitos naturais originários, somente um novo pacto poderia refundar a sociedade civil e estabelecer um novo governo. O consenso ao qual haviam chegado os soldados, expresso nesse documento, indicava o caminho do novo pacto; agora, seria necessária a adesão do Exército e depois de todos os cidadãos ingleses para a Inglaterra ter definitivamente uma constituição escrita.

O primeiro artigo dessa proposta constitucional, que vai ser o mais debatido, propunha uma mudança no processo de eleição dos representantes do povo, com uma melhor proporcionalidade na distribuição das cadeiras parlamentares em relação ao número de habitantes de cada condado, cidade e distrito. O segundo estabelecia a dissolução do atual Parlamento, que se encontrava reunido desde 1640, a fim de impedir os inconvenientes da longa permanência das mesmas pessoas na função representativa. O terceiro dispunha sobre a necessidade da escolha regular de Parlamntos a cada dois anos. O quarto estipulava a extensão da autoridade dos representantes do povo. Entre os atributos concedidos pelo povo aos seus representantes estava o poder de decretar, alterar e anular as leis; criar e abolir ofícios e cortes; apontar, remover e criar magistrados e oficiais de todos os níveis; decretar a guerra e paz; e tudo mais que não estivesse expressamente impedido de fazer.

A longa lista daquilo que não era permitido aos representantes do povo – uma espécie de conjunto de direitos que o povo não havia alienado em favor de seus representantes – vinha em seguida. Os representantes do povo não podiam: dispor sobre matérias de religião e formas de culto; obrigar qualquer cidadão ao serviço militar; perseguir aqueles que participaram de ambos os lados da guerra civil; conceder privilégios nem isentar qualquer pessoa diante da lei em razão de ofício, propriedade, nascimento ou outra forma de distinção, uma vez que a lei deveria ser igual para todos; e por em risco a segurança e o bem estar do povo. Esses direitos e liberdades inalienáveis deveriam estar protegidos da interferência do poder público⁸.

⁸ WORMUTH, *The origins of modern constitutionalism*, pp.73-85.

O debate concentrou-se inicialmente em torno do primeiro artigo. Um dos generais, Ireton, questionou se a mudança proposta na forma do sufrágio significava que todos os homens, maiores de 21 anos, que não estivessem presos ou condenados, teriam direito ao voto. Para ele e outros oficiais, deveria ser mantido o tradicional sufrágio limitado aos proprietários de bens imóveis livres de ônus no valor de 40 xelins por ano e aos membros das corporações mercantis. O argumento era que somente aqueles que tinham um permanente interesse na manutenção do reino, isto é, os proprietários, poderiam participar da vida política.

O agitador Petty respondeu que a mudança implicava na inclusão de todos os homens livres, mesmo que não fossem proprietários, ou seja, todos aqueles não haviam perdido seus direitos inatos. Em seguida, esclareceu que, ao afirmar que todos os homens livres deveriam ter igual voz na eleição, queria dizer todos que não fossem servos e pedintes. O seu argumento era de que, ao depender da vontade de outros homens para sobreviver, servos e pedintes não possuíam uma vontade livre: ou tinham a vontade incluída na de seus senhores, ou acatavam as determinações de seus senhores por temer não agradá-los. O coronel Rainsborough, partidário das idéias políticas dos *levellers*, acrescentou que o mais pobre dos ingleses livres tinha o mesmo direito de viver que o mais rico, devendo assim ter igual direito de votar e ser votado, pois todo governo era instituído pelo povo e necessitava de seu consentimento para exercer o poder político.

Tem sido bastante discutido o que os *levellers* entendiam por servos e pedintes⁹. Mas seja qual for o sentido de servos – aqueles que não dispunham de independência econômica, como os assalariados em geral, ou aqueles que serviam permanentemente a um senhor – e a extensão dos que eram considerados pedintes – aqueles que viviam de esmola ou aqueles que simplesmente dependiam do favor alheio – a proposta constitucional excluía do direito de voto um número considerável de ingleses. A justificativa para tal exclusão era que servos e pedintes haviam perdido seu direito inato de fazer livremente uso de sua vontade. Assim, ao ter alienado a liberdade natural, servos e pedintes não poderiam exercer o direito político de votar e ser votado.

9 MACPHERSON, *A teoria política do individualismo possessivo*, pp.117-169; LEVY, “Freedom, Property and the Levellers”, pp.116-133.

Diante da defesa de que todos os cidadãos livres deveriam participar da vida política, o general Ireton advertiu que essa proposta acarretaria a demanda de um direito igualitário a todos os bens, implicando na destruição do direito de propriedade e conseqüentemente da sociedade civil.

Os soldados *levellers* responderam que dar direito igual de voto a todos os cidadãos livres seria justamente o único meio de preservar a propriedade. O principal argumento era de que, sendo os homens naturalmente livres, a única razão pela qual eles concordariam em instituir um governo seria a de que tivessem a garantia da manutenção da propriedade de sua pessoa e de seus bens. Para os *levellers*, a única razão da obediência política seria a garantia dos direitos naturais à vida e aos bens adquiridos pelo trabalho.

Os debates foram logo interrompidos, no início de novembro, com a fuga do rei, que conseguiu reorganizar suas tropas, dando início a um novo conflito. Diante de uma segunda guerra civil, os generais encerraram as discussões, alegando a necessidade do fortalecimento da disciplina militar. Deixaram de ouvir os agitadores e o Conselho do Exército reduziu-se a um comitê de oficiais. Eles começaram a duvidar da possibilidade de um acordo com o rei e a ver com mais desconfiança ainda alguns membros do Parlamento.

Os *levellers*, que haviam criticado duramente o conservadorismo dos oficiais, durante os debates de Putney, passaram a concentrar seus ataques contra a ameaça maior que era o retorno de Carlos I. Em suas petições, justificando o recurso às armas, reforçavam a necessidade da dissolução do atual Parlamento, o julgamento e a punição do rei.

Liderado por Cromwell, o Exército parlamentar voltou a vencer as tropas realistas e, no final de 1648, o rei foi novamente preso. A maioria dos parlamentares desejava ainda um acordo com o monarca. Mas os oficiais rejeitavam terminantemente o retorno de Carlos I ao trono inglês. Eles passaram a acreditar na necessidade do expurgo dos parlamentares mais conservadores, que defendiam o acordo com Carlos I. Mas, para isso, necessitavam do apoio dos *levellers* que, nesse momento, tinham grande influência entre os soldados e os habitantes de Londres.

Os *levellers* aceitaram dar seu apoio, com a condição de que sua proposta constitucional, *Agreement of the People*, fosse apresentado ao novo Parlamento expurgado. Os oficiais concordaram e anunciaram sua marcha sobre Londres, apoiados pelos *levellers*. Os parlamentares mais conservadores foram então expulsos, em 6 de dezembro, resultando no que ficou conhecido como Parlamento Rump.

Em seguida, foi instituído um comitê – formado por quatro líderes dos *levellers* (Lilburne, Walwyn, Wildman e Petty), quatro oficiais, quatro membros da Câmara dos Comuns e quatro cidadãos londrinos – para redigir um novo *Agreement of the People*, a ser apresentado ao Conselho do Exército. Nessa nova versão, as propostas constitucionais originais dos *levellers* foram modificadas a fim de que pudessem ser aceitas pelo comitê. Por exemplo, o sufrágio ficou mais limitado, muito mais próximo do desejo dos oficiais: além de servos e pedintes, foram excluídos aqueles que não tivessem propriedade sujeita a tributação.

O Conselho do Exército introduziu ainda outras modificações no documento proposto, como a restrição da tolerância religiosa. O argumento era de que, de fato, nenhum homem poderia ser coagido a adotar um credo religioso contra sua consciência, mas o Estado deveria manter o poder de coibir e reprimir práticas e pregações heréticas, como o ateísmo e o catolicismo. Os *levellers* rejeitaram essa mudança, contrária a um Estado secular, fundado apenas em princípios da razão natural, que não devia interferir em questões de consciência privada, e deixaram de apoiar a nova proposta constitucional, que foi apresentada ao Parlamento Rump, em 20 de janeiro de 1649, sendo em seguida rejeitada.

Conscientes do constante perigo de restauração da monarquia, os oficiais do Exército forçaram o julgamento de Carlos I, que foi estabelecido por um ato parlamentar em 6 de janeiro de 1649. Condenado por traição, o monarca foi executado em 30 de janeiro. A Câmara dos Lordes foi extinta em 6 de fevereiro. Em 17 de março, o ofício de rei foi abolido, qualificado de desnecessário e perigoso. A Câmara dos Comuns se declarou então o supremo poder da nação. Aquilo que poderia ser considerada uma conquista para os *levellers* – a punição do rei e a extinção da Câmara dos Lordes – foi interpretada como uma derrota. Aconteceu exatamente o que eles mais temiam: um poder discricionário, o go-

verno de Carlos I, havia sido substituído por outro poder tão ou mais arbitrário ainda, o Parlamento Rump, sem a garantia dos direitos e liberdades pelos quais eles haviam tanto lutado.

Lilburne rejeitou um posto no novo governo e passou a questionar a interferência do Exército na política nacional, denunciando os abusos cometidos pelos oficiais, como julgamentos arbitrários, imposição da lei marcial em caso de motins, censura à imprensa, supressão das petições, entre outros. Seus novos panfletos – *England's New Chains Discoverd* (26 de fevereiro de 1649) e *The Second Part of England's New Chains Discovered* (24 de março de 1649) – acusavam os oficiais de traição aos ideais da luta contra o poder arbitrário de Carlos I e denunciavam a instauração de um despotismo militar. Eles reivindicavam o restabelecimento de um Conselho do Exército amplo, com a participação de representantes dos soldados, a dissolução do Parlamento Rump, novas eleições e a adoção da primeira versão do *Agreement of the People*.

Lilburne e outros líderes *levellers* foram acusados de alta traição, por promover motins no Exército. Logo, eles foram encarcerados na Torre de Londres. Na prisão, eles redigiram a última versão do *Agreement of the People*, na qual voltavam a propor um acordo que pusesse fim a toda forma de poder arbitrário e estabelecesse garantias constitucionais de determinados direitos e liberdades aos cidadãos. Dirigido não mais ao Parlamento, mas ao povo inglês, trata-se de um documento mais detalhado, com um total de trinta artigos.

Os quatro primeiros artigos estabeleciam princípios gerais sobre a formação do corpo de representantes do povo, no qual residiria a suprema autoridade da nação. Essa assembléia seria constituída por 400 cidadãos, escolhidos proporcionalmente por todos os homens maiores de 21 anos, que não fossem servos nem pedintes nem tivessem servido militarmente a causa do rei ou contribuído com ela. A reunião de metade dos representantes seria considerada suficiente para sua instauração e a maioria das vozes presentes, concludente. Nenhum dos membros dessa assembléia poderia ser eleito para a assembléia consecutiva ou ocupar qualquer outra magistratura no decorrer de seu mandato.

Os quatro artigos seguintes tratavam da transição, com prescrições detalhadas, do atual Parlamento para esse novo corpo de representantes, que teria sempre a duração de um ano, tendo então de ser renovado com novas eleições.

O artigo nono estabelecia o poder desse corpo de representantes, cuja autoridade seria suprema em ações como manter a paz e o comércio com outras nações; preservar e assegurar a vida, a liberdade e a propriedade dos súditos; levantar recursos necessários à manutenção e ampliação da liberdade, segurança e prosperidade da nação; entre outras.

Nos dezoito artigos seguintes, encontravam-se disposições sobre os limites de atuação dos representantes, explicitando o que não estava em seu poder e para o que eles não foram instituídos. Da longa lista de restrições, destacava-se: no campo religioso, constranger qualquer súdito em questões de fé, religião ou culto, exigir o pagamento do dízimo, impor ministros a uma paróquia, incapacitar qualquer pessoa a exercer um ofício público por causa de sua opinião ou religião; no campo econômico, impedir qualquer pessoa de negociar ou comerciar; no campo civil, obrigar os súditos a servir na guerra, perseguir qualquer súdito pelo que fez durante a guerra civil, isentar ou conceder privilégios diante da lei, em virtude de ofício, patente ou nascimento, julgar qualquer pessoa sem a existência de uma lei suficientemente conhecida, punir aqueles que se recusam a admitir a culpa criminal, instaurar processos legais que não sejam em língua inglesa, aprisionar qualquer pessoa por dívidas de qualquer natureza, privar qualquer pessoa de julgamento.

Os dois artigos seguintes estabeleciam a necessidade desse corpo de representantes prestar contas de seus atos ao povo que os elegeu; e o último artigo declarava que não estava no poder de qualquer futuro corpo de representantes mudar, acrescentar ou retirar qualquer artigo desse documento.

Assim, em relação àquela primeira versão apresentada em Putney, era mantida a extensão do sufrágio, objetivando uma igualdade política mais ampla, mas não um sufrágio universal com a participação de todos os súditos. Além de servos e pedintes, eram excluídos os que tivessem colaborado com a causa do rei. Havia também um detalhamento maior do funcionamento e da passagem do atual Parlamento para o novo corpo de representantes do povo, mas com uma

redução dos atributos de seu poder e uma ênfase maior de que o seu poder devia ser exercido em benefício do povo. Havia principalmente uma ampliação dos limites de ação dos representantes, enfatizando que certas liberdades religiosas, econômicas e civis precisavam ser garantidas constitucionalmente contra possíveis arbitrariedades do governo.

Essa última versão do *Agreement of the People*, publicada em 1 de maio de 1649, foi completamente ignorada pelo Parlamento Rump. Em 19 de maio, a Inglaterra foi declarada uma República (*Commonwealth*), acrescido da denominação de Estado Livre, para diferenciar o novo regime daquele do reinado dos Stuart.

O demorado processo de instituição de um regime republicano, desde a execução do rei em 30 de janeiro, demonstra mais do que certa cautela, uma verdadeira indecisão por parte dos parlamentares. A maioria desejava indubitavelmente remover um rei, que havia governado de maneira discricionária e arbitrária, mas não necessariamente a monarquia. Muitos parlamentares ansiavam apenas por um regime mais moderado, estabelecido a partir de um certo equilíbrio entre as forças políticas. Nesse contexto, as idéias dos *levellers* pareciam ser muito radicais para os membros do Parlamento Rump.

No final de 1649, o movimento começou a dar sinais de desintegração. Os seus panfletos continuaram a ser publicados, com grande apoio popular: por exemplo, *The Remonstrance of the Free People of England*, teve quase 100.000 assinaturas. Mas a aproximação cada vez maior com os realistas, com os quais os *levellers* começaram a negociar, tendo em vista a efetivação de seu *Agreement of the People*, levou o movimento a ser fortemente reprimido pelo novo regime. O seu jornal, *The Moderate*, foi censurado e Lilburne, seu principal líder, foi mais uma vez preso e depois exilado; no seu retorno à Inglaterra, em 1653, com a dissolução do Parlamento Rump e a instituição do Protetorado de Cromwell, ele foi preso novamente, passando de prisão em prisão, até morrer em 1657¹⁰.

Nas sucessivas versões do *Agreement of the People* é possível reconhecer a permanência de três princípios fundamentais: o direito de participação política não poderia estar baseado na propriedade de bens ou privilégios, como previa a

10 HILL, *The experience of defeat...*, pp.29-37.

tradição, mas na posse de uma vontade que não estivesse submetida ao domínio de outrem; a autoridade suprema da nação deveria residir num corpo de representantes do povo que deveriam necessariamente prestar contas de suas ações ao povo, que os elegeu; os poderes do governo deveriam ser limitados por normas constitucionais que protegessem direitos e liberdades naturais dos cidadãos.

Os *levellers* não procuravam assim, como outros defensores da causa parlamentar, recuperar direitos e liberdades consagrados na common law, explicitados, por exemplo, em documentos como a Magna Carta. Eles apelavam mais para regras e princípios universais de equidade e justiça, pelas quais todos os homens estariam ligados, e que deveriam estar asseguradas constitucionalmente. Eles concebiam a existência de direitos e liberdades que não poderiam ser transferidos pelo povo aos seus representantes no exercício do governo; e por isso deveriam ser colocados acima da ação do governo, protegidos por normas constitucionais.

Mas se eles propuseram uma constituição escrita, a fim de proteger direitos e liberdades dos cidadãos contra a ação arbitrária do governo, não parece que o tenham feito em nome de um ideal democrático. O propalado espírito democrático dos *levellers* pode ser efetivamente reconhecido na defesa de certos princípios: na igualdade política entre todos os homens livres; na origem do poder político no povo, que elege representantes para exercer este poder com seu consentimento e em seu benefício; na necessidade do povo controlar as ações do governo; na possibilidade do povo remover um governo considerado tirânico. No entanto, a democracia não aparece como um valor incontestável em seus manifestos e panfletos. O procedimento democrático surge como o melhor meio de assegurar determinados direitos inalienáveis, como a melhor forma de garantir certas liberdades religiosas, econômicas e civis, mas não como indispensável à vida política. Enfim, a democracia aparece como um relevante instrumento para a proteção de direitos e liberdades dos cidadãos.

Levellers and the constitutional rights and freedoms

Abstract: The aim of this paper is to present the Levellers' main political ideas as well as to evaluate the assertion of some scholars that they were the first modern democrats who proposed a written constitution for the protection of natural and inalienable rights. It intends to discuss whether it is possible to see the defence of constitutional rights and freedoms in their pamphlets, almost all written between 1646 and 1649, particularly in the different versions of *Agreement of the People*.

Keywords: Levellers – freedom – right – constitution – tolerance.

Referências bibliográficas

- AYLMER, G. E. *The Levellers in the English Revolution*. London: Thames & Hudson, 1975.
- BRAILSFORD, H. N. *The Levellers*. London: Stanford University Press, 1961.
- HILL, Christopher. *The experience of defeat: Milton and some contemporaries*. London: Faber and Faber, 1984.
- HOUSTON, Alan Craig. A way of settlement: the Levellers, monopolies and the public interest. In: *History of political thought*, Vol. 14, n. 3, 1993, pp.381-420.
- LEVY, Michael B. Freedom, Property and the Levellers: The Case of John Lilburne. In: *The Western Political Quarterly*, Vol. 36, n. 1, 1983, pp.116-133.
- MACPHERSON, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDLE, Michael (ed.). *The Putney Debates of 1647: The Army, The Levellers and the English State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SHAW, H. *The Levellers*. London: Longmans, 1968.

- WOLFE, D. M. (ed.) *Leveller Manifestoes of the Puritan Revolution*. New York: Thomas Nelson and Sons, 1949.
- WOODHOUSE, Arthur (ed.). *Puritanism and Liberty, being the Army Debates (1647-9)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951.
- WOOTTON, D. The Levellers. In: Dunn, John (ed.). *Democracy: the unfinished journey*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp.71-99.
- WOOTTON, D. (ed.). *Divine Right and Democracy*. London: Penguin Books, 1986.
- WORMUTH, Francis. *The origins of modern constitutionalism*. New York: Harper & Brothers, 1949.